

A **F**ALÊNCIA DE UMA **U**TOPIA

MARX **R**EVISITED

ERNESTO KRAMER

EDIÇÕES UNIVERSO SEPARADO

A **F**ALÊNCIA DE UMA **U**TOPIA

MARX REVISITED

© Ernesto Kramer
Maringá – PR
Abril 2004 (fim de semana santa)

**É PELOS FRUTOS
QUE SE RECONHECE A QUALIDADE
DE UMA ÁRVORE**

CONTEÚDO

INTRODUÇÃO	2
REVOLUÇÃO	4
QUEM FAZ A REVOLUÇÃO	12
VELHAS UTOPIAS	18
LIMITES DO MARXISMO	23
OS ÁCRATAS	25
OS COMUNISTAS	31
A OBSESSÃO DE MARX	35
O ROL DA UTOPIA	40

INTRODUÇÃO

Existem palavras de mais ou menos fácil e simples definição. Outras, pelo contrário, apresentam sérias dificuldades quando se pretende chegar a um consenso sobre seu significado.

Palavras e conceitos novos, recentemente incorporados à linguagem humana, geralmente não apresentam maiores problemas. Como exemplo valem os termos empregados na área da informática. Outras, mais antigas, tiveram seus significados originais modificados ou deturpados ao longo da história, obedecendo a diversos contextos onde foram inseridas, e até aos interesses particulares de quem as utilizou, visando fins diversos.

Há palavras como, por exemplo, moral, ética ou idoneidade, que são conceitos imateriais e só ganham sentido ou significado quando colocadas em relação a fatos ou ações do mundo real. Mas também há outras, que conceitualizam fatos ou ações concretas, sobre as quais hoje existe uma confusão extrema e são empregadas com fins e intenções diversas pelas pessoas.

Em este texto precisaremos nos esclarecer sobre vários conceitos que se incluem entre estas últimas, como utopia, socialismo, anarquismo, democracia, revolução ou comunismo. Devemos tentar colocá-las em um contexto histórico, examinar fatos que levaram a lhes dar significados atualmente de uso comum, como também considerar como usar estes conceitos na várias vezes milenar e ainda não acabada luta pela construção de um mundo melhor, mais autenticamente humano, justo, fraterno, não-violento e libertário.

Todas as palavras mencionadas acima (mais algumas outras) têm em comum que surgiram como antônimos a situações não queridas, que ostensivelmente prejudicavam a grande parte da população terrestre. Elas expressam formas novas de estruturação social, diferentes formas de relacionamento humano, e indicam como se poderia chegar à realização destas questões.

Os termos aos que principalmente nos referimos, além de diferentes significados, também incorporam “apelidos”, que explicitam sua relação com diferentes fatos ou intenções, como *revolução burguesa, proletária ou não-violenta, ou anarquia sindicalista, comunista, utópica*, etc. Fundamentalmente, tenta-se explicar as vias propostas para chegar a constituir um “mundo novo”, total e radicalmente distinto do que estamos vivenciando, como raça humana, através de muitos milhares de anos.

Usados até hoje, por “amigos e inimigos”, foram contextualizadas e/ou deturpadas segundo as intenções e finalidades das partes interessadas. Por um lado, aquelas que querem conservar a situação do modo que se encontra hoje e, se possível, aumentar ainda mais suas vantagens; pelo outro, os que aspiram a estender os benefícios à parcela da população que, além de ter o acesso negado, é usada vilmente para produzir o luxo e a riqueza usufruídos pelos mencionados anteriormente.

Entre os não-privilegiados, ou oprimidos, ainda não surgiu uma síntese que permita um acionar consensual. Há evidentes conflitos e divergências entre as idéias expostas por diferentes filósofos, pensadores e ativistas que se preocuparam (e ainda se preocupam) pelo assunto. Cada certo tempo surgem novas contribuições, em forma de re-interpretações, adequações a meios, âmbitos ou momentos históricos diferentes, ou até novas propostas

de ação baseadas em princípios que anteriormente não tinham sido expostos ou incluídos no panorama geral.

Consideramos interessante uma re-leitura das propostas apresentadas, especialmente nos últimos 250 anos, para nos esclarecer sobre as origens da herança que nos deixaram antepassados intelectuais e combatentes da causa que pretende levar à humanização do planeta. Consideramos necessário inserir estes conceitos no contexto da situação planetária atual, com fins de fundamentar as ações e formas que sejam as mais realistas possíveis, escolhendo, preferentemente, aquelas que apresentem potenciais efetivos nos menores prazos e com os menores prejuízos e investimentos possíveis.

REVOLUÇÃO

Esta palavra sempre se aplicou – e ainda está em uso – para designar uma mudança drástica, radical, profunda, abrangente, na estrutura de uma sociedade. Mas parece que esse é o único ponto consensual expressado pelo termo.

Desta conceituação básica aparecem diversas interpretações, que divergem sobre se o ato revolucionário seria eminentemente violento, ou se haveria possibilidade de uma revolução baseada em atos não-violentos. Mais divergências aparecem quando se considera quem seriam – ou deveriam ser – os implementadores da tal revolução, como também quando são considerados os afazeres necessários para realizá-la, existindo questionamentos até nos fins almejados por esta.

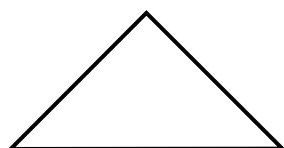
Cabe considerar que, se a revolução é, exclusivamente, um ato violento, seria difícil catalogar com esse termo as revoluções industrial, comercial, dos transportes, das comunicações ou da tecnologia em geral.

Se examinarmos detidamente toda a história da humanidade à luz da primeira frase deste capítulo, facilmente entenderemos que a tal revolução social ainda não foi realizada. Apenas podemos registrar algumas exceções, localizadas em espaços reduzidos e implementadas por (relativamente) pequenos agrupamentos humanos.

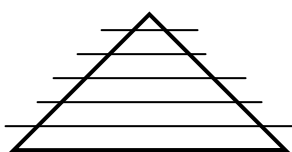
Vemos que, desde a mais remota antiguidade, até os dias de hoje, as sociedades construídas pelos humanos tiveram, como ainda têm, uma característica básica de verticalidade, em sua concepção e implementação. Essa verticalidade, que assume forma piramidal, nunca foi modificada suficientemente para configurar uma nova forma de relacionamentos social.

O que sim observamos é uma interminável luta pelo poder, empreendida por indivíduos, grupos de todo tipo imaginável, ou por classes sociais. Confundir a toma do poder, feita por quem for, com uma revolução, é erro comum. Ficando preservada uma estrutura hierárquica, que privilegia unas sobre outros, fica claro que não houve ato revolucionário. Pode ser golpe, levante popular, rebelião vitoriosa, mas revolução é outra coisa diferente.

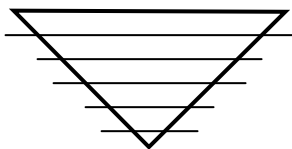
A estrutura social, que com tanto ciúme conservamos, é facilmente entendida por um gráfico que representa uma pirâmide:



Para explicar as relações verticais entre os diferentes componentes da sociedade, podemos segmentar esta pirâmide, colocando em seu ápice a minoria privilegiada, que usufrui o produto de todo o resto. Na base colocaríamos a maioria marginalizada, os trabalhadores-produtores-servidores e, nos segmentos intermediários, diferentes “classes” constituídas para servir ao poder máximo, numa escala que, a sua vez, configura poder e privilégios sobre os que se encontram embaixo.

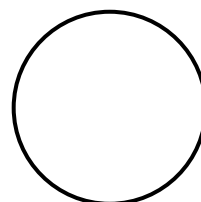


Uma proposta de inversão da pirâmide não muda a estrutura de poder de humanos sobre outros humanos, conservando a verticalidade na relação social. Ela apenas desloca o poder para outro grupo social, sem configurar, por isto, um ato revolucionário completo.

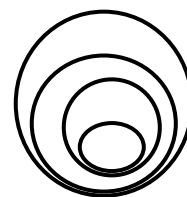


Seguindo com o apoio gráfico, poderíamos considerar como real a mudança (drástica, radical, abrangente, profunda) da pirâmide para um círculo, por exemplo. Este, visto da mesma perspectiva da pirâmide, se apresenta como uma linha: _____ pelo que se fala em organização horizontal.

É preciso observá-lo desde cima para enxergar sua real dimensão:



Outros círculos concêntricos, nele inseridos, serviriam para explicar a relação horizontal da organização interna deste tipo de sociedade.



Fundamentalmente, se quisermos tipificar uma revolução “verdadeira”, temos que considerá-la como o ato que nos leve à estruturação de uma sociedade totalmente diferente à atual. Se nosso objetivo for o de produzir uma revolução libertadora, que elimine as classes sociais, não podemos pensar em termos verticais / piramidais, pois nem a inversão da pirâmide nos leva a alcançar o objetivo almejado.

Assim e simplificando grosseiramente, o pretense “revolucionário” tem ante si a tarefa de transformar uma pirâmide num círculo, colocando lado a lado os elementos que anteriormente estavam empilhados uns sobre outros.

Uma das controvérsias mais acentuadas, surgidas entre os que preconizam a necessidade de revolução, reside na necessidade de que esta se realize em forma violenta, ou na possibilidade de que a ação revolucionária seja empreendida por meios não-violentos. Pior ainda, entre os adeptos e os contrários a uma ou à outra destas formas, existe uma gama de posicionamentos que influem, especialmente, no tempo necessário para implementá-la.

A história nos mostra claramente que nunca uma ou outra forma produziu os resultados apetecidos, queridos ou almejados. Até a tal “revolução” bolchevique, realizada na Rússia imperial, não

conseguiu mais que uma transformação estrutural da sociedade capitalista, priorizando um capitalismo de Estado sobre um capitalismo de Livre Mercado, por meio de uma reacomodação dos atores sociais. Nunca conseguiu e, pior, consciente e autoritariamente impediu o desenvolvimento a formas horizontais de estruturação e relacionamento.

Pelo outro lado, os libertários antiautoritários não têm muito para mostrar, mas esse pouco é muito mais que o alcançado pelos marxistas autoritários durante os 80 anos que tiveram o poder absoluto nas mãos. Como exemplo podemos nos referir a sociedades criadas antes da guerra civil espanhola, ou na Ucrânia. Estas não fracassaram por inviabilidade, mas por ser eliminadas violentamente pelo sanguinário tirano Francisco Franco, pela sanguinária intervenção das Brigadas ou do Exército Vermelhos. Para sua formação, os grupos sociais libertários usaram tanto da violência extrema, como do consenso entre os participantes. Dependiam, para isso, tanto das condições objetivas encontradas em um lugar dado, como da construção ideológica que os impulsionava à ação. A contra-revolução não fez diferenças: sem misericórdia massacrava a todos.

Cabe aqui salientar que o mesmo tratamento receberam os libertários que ousaram se manifestar na extinta União Soviética. Isto não é de se estranhar, se tratando de uma sociedade que preconizou a “democracia da maioria”, a qual, inevitavelmente, leva à opressão, à marginalização e ao silenciamento das minorias. Pior ainda se uma minoria é dissidente e contestatória.

É desse mesmo tipo de democracia que se servem os atuais burgueses para sustentar sua própria existência. Um revolucionário não pode pretender alavancar sua luta, apoiado nesse autoritarismo velado; como também não pode, sob nenhum ponto de

vista, pretender que essa seja a base referencial que justifique as decisões tomadas na sociedade que quer construir.

Desde esta perspectiva, a democracia burguesa e a do proletariado (proposta por Marx e Engels) são formas de violência diferenciadas apenas por graus da própria violência física. No fundo estão intimamente relacionadas. Em sua essência, a democracia, da forma que está implementada hoje e tal como foi no Império Soviético, é um instrumento da violência usada para manipular e submeter a maioria aos caprichos de uma minoria que se beneficia desta situação.

Em resumidas contas, o modelo democrático imposto a nós não permite brechas que possam viabilizar a revolução por essa via. As travas de segurança são fortes demais. Nas escassas vezes que a possibilidade revolucionária pretendeu se realizar por via democrática, esta foi sangrentamente impedida e eliminada. Podem ver os acontecimentos em Sofia, Bulgária, poucos anos antes da Segunda Guerra Mundial, como também o que aconteceu no Chile, nos começos dos anos 70. A democracia negou-se a si mesma. Ela só é permitida quando e até onde sirva aos detentores do poder.

A proposta de revolução não-violenta é baseada em acionar mais sutil, mas não por isso isenta de resposta violenta da contra-revolução. Por falta de esclarecimento, freqüentemente é confundida com o pacifismo, bandeira própria de hippies e cristãos.

Reconhecemos como não-violento o ato que não apresente vestígios de violência física, econômica, religiosa, psicológica ou ecológica. Relacionado com o termo “revolução”, esclarece a dinâmica dos atos que levam à concretização desta.

Neste sentido, – *in extremis* – uma revolução que pretenda ser realizada por meios não violentos, pode assumir características que podem ser reconhecidas em um âmbito lúdico. É óbvio demais que os ferrenhos defensores da necessidade do emprego da violência bruta – atacar e destruir primeiro, para depois construir – não possam dar chance alguma à não-violência na execução da revolução. Isto é uma contradição em si, pois o ato violento não configura propriamente a revolução, mas, na teoria autoritária, representa apenas um passo intermediário para, posteriormente, chegar a realizá-la. A violência só seria empregada para construir um âmbito social com condições de concretizar a pretendida revolução por meios relativamente mais pacíficos.

Quem coloca a revolução em termos de confronto entre burguesia e proletariado, apenas substitui uma classe dominante por outra. Nos casos que isso foi alcançado constatamos, como constante histórica, que a classe no poder tende a se perpetuar, travando ou impedindo a realização da verdadeira revolução pretendida no discurso. O tal período de transição proposto tende a se eternizar, favorecendo a construção de uma pirâmide social análoga ao período anterior, mudando apenas os atores participantes. Também, geralmente, a “nova sociedade” é revestida de características tanto ou mais violentas, autoritárias e opressivas que as do próprio poder derrotado.

Esta constatação é uma realidade histórica e constitui assunto tratado por diversos libertários, críticos das colocações marxistas, ainda quando Marx estava vivo, muito antes de sequer se cogitar a existência da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas. Mas não é só daí que surge a oposição à etapa transitória - entendida como absolutamente necessária pelo filósofo -, sendo que esta é considerada dispensável por outros teóricos.

Hoje, novos dados surgidos do próprio desenvolvimento humano, atraem muitas pessoas a um posicionamento mais imediatista. O velho fantasma do “fim dos tempos” ameaça a humanidade e o Planeta inteiro. A autodestruição se vislumbra pelo estado que nossa civilização está deixando o meio ambiente. Desde esse ponto de vista, entende-se que uma revolução de corte marxista só conseguiria produzir condições melhores de sobrevivência humana em momento concomitante com a destruição total da vida na Terra. Observamos também que esta colocação se fundamenta em objetivos dados científicos, obtidos da realidade concreta do mundo real que nos é dado vivenciar. É daí que surge a opinião que a revolução realizada nos termos propostos por Karl Marx e Cia. não seja a ferramenta mais idônea ou apropriada para alcançar os fins pretendidos. Ou seja, no caso, evitar a extinção da espécie e construir uma sociedade livre, justa, multifacética em seu conteúdo cultural, e que estabeleça condições para que *todos* os humanos possam sobreviver da melhor forma possível.

Esse imediatismo exigido pelos atuais revolucionários ecossociais – e por seus ancestrais libertários – é catalogado como ilusório e “utópico” pelos autoritários de cunho marxista. Mas é a única forma em que a revolução foi realizada em sua totalidade. A curta duração das sociedades horizontais produzidas deve ser entendida em relação às características do momento histórico onde estas emergiram. De jeito nenhum podem ser usadas como um exemplo que pretenda demonstrar a invalidade da metodologia empregada para criá-las.

Pelo contrário, os métodos empregados, a partir das propostas de Marx e Engels, demonstraram amplamente seu conteúdo ilusório (utópico só no sentido pejorativo que Marx deu ao termo). O próprio processo pré-revolucionário – toma de poder e etapa

intermediária – não só dificulta em extremo, mas inviabiliza totalmente a execução da verdadeira revolução.

QUEM FAZ A REVOLUÇÃO

Obviamente a revolução é feita por seres humanos. Poderíamos agregar que eles teriam objetivos comuns, os que seriam a modificação das condições de supervivência dos próprios humanos e que, para isso, entendam que é necessária a reestruturação das relações entre eles. Subentende-se que, nas estruturas relacionais, sejam incluídos e afetados os âmbitos social, econômico, político, religioso e, hoje, também seja considerada a relação dos humanos com o meio ambiente, neste contexto.

Pretender colocar em uma classe social os atributos revolucionários foi uma idealização das condições apresentadas no decorrer dos séculos 18 e 19. Essa leitura de uma realidade pretérita pretende, até agora mesmo, antagonizar os chamados proletários contra os tais burgueses. Da luta entre estas duas tribos deveria emergir o resultado revolucionário, no bem entendido que a luta em si não é a revolução.

Considera-se que só a camada inferior da pirâmide social teria condição e capacidade para “detonar” as camadas superpostas, que constituem o atual tipo de sociedade. Infere-se que quem não for proletário não pode ser revolucionário. Como justificção alega-se a quantidade de massa maior que pode ser empregada militarmente nos combates considerados necessários. Isso é um reflexo de tempos antigos, quando exércitos maiores costuma-

vam ganhar as guerras; questão amplamente superada na atualidade, pelo aparelhamento incrível dos opressores.

Especulam também com toda a gama de ações necessárias para conscientizar essa massa do rol que a história lhe teria reservada. Só isso representa uma tarefa pelo menos dez vezes maior que no momento quando foi bolada a teoria. No decorrer de 200 anos a coisa se complicou muito mais do que os teóricos cientificistas conseguem reconhecer ou puderam prever.

O “inimigo” estaria identificado na classe burguesa, que seria “o resto de mundo”. Mas, ao examinar a definição de “burguesia”, achamos que esta é detentora de poder por ser proprietária dos meios de produção e da terra, sendo acusada também de manipular o sistema financeiro, a mídia, a religião e os processos democráticos, em seu próprio benefício, constituindo organizações para se proteger, como a polícia e o exército.

Já vimos que o fato de colocar estes assuntos em “mãos do povo”, ou seja, a classe proletária segundo os marxistas, nunca modificou essencialmente a estrutura social, nem a opressão, nem a repressão. Os pretensos revolucionários marxistas ainda estão devendo a almejada revolução.

Agora, se formos contar os burgueses tipificados anteriormente, vamos achar que nem o 10% dos humanos podem ser incluídos nessa categoria. Entre estes e o proletariado existe uma camada, também chamada pequeno-burguesa, que poderíamos entender melhor se a chamássemos de burgueses-psicológicos. Acham que são ou que podem chegar a ser burgueses, mas apenas são servidores com qualificações superiores ao proletariado comum. São retribuídos por seus amos - que são os mesmos amos dos proletas - em função do valor relativo maior dos serviços prestados.

Isto lhes confere a possibilidade de gozar de uma melhor qualidade de vida e o acesso à aquisição de bens (materiais e imateriais) inacessíveis à classe mais baixa.

Rejeitar o potencial revolucionário desta classe é uma atitude sectarista que nega o direito à participação de 1/3 da humanidade que sobrevive na sociedade capitalista. Isto não só representa uma lamentável perda numérica, mas o fato é agravado, pois esse número é colocado, gratuitamente, em mãos do inimigo declarado. Em lugar de tentar arregimentar a maior quantidade de partidários da revolução, a proposta classista é claramente excludente.

Todo mérito teórico concedido às propostas marxistas é baseado em leituras meramente especulativas de uma realidade ilusória, que nunca conduziram – como nunca conduzirão – à realização de revolução alguma.

Se bem que a teoria marxista reconhece o papel representado pela religião como instrumento de alienação, dominação e opressão, ela não considera suficientemente – e nem podia prever – o uso da mídia, em sua forma atual, para os mesmos fins. Encontramos aí um fator contra-revolucionário importantíssimo, que produz uma alienação extrema dos atores sociais. Qualquer pretensão de conscientização, seja somente dos operários, do proletariado em geral, ou de toda a humanidade, vai, necessária e inevitavelmente, ter que se enfrentar com a fabulosa estrutura formada pelos veículos de comunicação que estão em mãos dos interesses capitalistas, foram criados e formados por eles, e por eles são manipulados. Não existe, no marxismo, uma proposta clara para a atuação revolucionária nesse setor.

Simplificando, poderíamos dizer que, onde antes bastava a distribuição de um panfleto, hoje é necessária uma emissora de televisão.

O complexo movimento histórico, exacerbado a fins do século 20 e nos começos do terceiro milênio da Era Vulgar, também foi acompanhado por antes inimagináveis avanços tecnológicos, nos campos civil e militar. Novas situações objetivas são produzidas e os teóricos marxistas tentam se adaptar a elas, sem conseguir, no entanto, um consenso que embase / fundamente solidamente uma ação revolucionária unitária e realista.

A discussão teórica (ou retórica) questiona cada ínfimo detalhe da proposta inicial, deixando de lado ou, no melhor dos casos, atrasando por tempo imprevisível, toda e qualquer ação positiva que possa ou pretenda ser implantada em favor do surgimento da nova sociedade humana.

As principais ferramentas de luta, desenhadas para defender, apoiar e facilitar a ação dos revolucionários – partidos políticos e sindicatos, na cabeça – hoje não passam de instrumentos que propiciam a adaptação e aceitação do “status quo”. Penetrados pelo sistema hegemônico, seu poder foi anulado.

A tarefa de reconstruir estas instituições e voltar a dotá-las do poder – transitório – que alguma vez tiveram, requer um esforço bem maior que a dita “classe revolucionária” pode realizar. Insistir por esse caminho é incorrer na tolice de se deixar ofuscar por elementos que foram superados no devir da história, demonstrando evidente incapacidade para inventar e criar novos instrumentos, capazes de enfrentar, com objetividade e coerência, os desvios colocados pela situação atual.

A pretensa revolução marxista (et al.) se torna assim a mais hipócrita encenação realizada na história das civilizações. Esta proclama o objetivo de realizar uma utopia (o comunismo), durante um período de ascensão pretensamente revolucionário; pratica uma ideologia que mistifica meios e fins, em seu período de consolidação; alcança alguns aspectos modernizadores, em certos níveis ou aspectos, quando chega ao poder; mas se revela conservadora, reacionária e até contra-revolucionária quando confrontada com os atores que reivindicam a efetiva realização das propostas revolucionárias.

Para os espíritos libertários, as (pseudo)revoluções comunistas não representaram coisa diferente das ações da Inquisição, implementadas na idade média ocidental pela igreja católica apostólica romana. Sem piedade, eles foram deportados, torturados, internados em manicômios, assassinados, marginalizados, pelas forças que representavam a ditadura do proletariado.

Esta mesma ditadura, considerada transitória no caminho da realização revolucionária, ostenta as piores características fascistoídes, próprias dos elementos mais brutalmente reacionários que uma sociedade humana possa albergar. É muito, mas muitíssimo difícil, acreditar que desta excreção social possa surgir um tipo de sociedade que pretenda ser melhor, superior ou mais perfeita que qualquer outra antes experimentada. É tão ilusório esperar que o proletariado no poder se autodestrua como classe, como pretender que a burguesia faça a mesma coisa.

Contrariando a observação conservadora (até reacionária) do camarada Lênin (quem afirmava que “as situações revolucionárias não se produzem por encomenda”), um autêntico revolucionário (que pode ser oriundo de qualquer classe) sabe perfeitamente que a semente revolucionária pode eclodir em todo e

qualquer momento e lugar. Basta, para isso, que a revolução ainda não haja sido feita.

O embate entre burgueses e proletários, e entre os impérios que tentavam demonstrar uma suposta superioridade dos respectivos capitalismo de Livre Mercado e de Estado, relegou o pensamento libertário a uma prolongada penumbra histórica. Mas, se hoje não podemos escutar as vozes de suas personalidades mais representativas, ainda podemos encontrar as obras escritas que eles produziram, para nos documentar sobre esse assunto e ver como se adapta à realidade que vivenciamos na atualidade.

No escrito "A Sagrada Família", Marx e Engels reconheciam que: "Acima de tudo, é o homem, o homem real e vivo, quem faz a revolução". Agora, pretender que esse homem (ou aquela pessoa, num termo menos machista) só possa pertencer a uma única classe social, obedece unicamente a uma construção teórica cujo aspecto prático hoje se encontra totalmente falido. É conveniente e aconselhável se consultar com os que historicamente discordaram dessa dupla fantasiosa.

Pela concepção destes pensadores, não haveria possibilidade de revolução sem a atuação de uma "massa humana", destinada a confrontar fisicamente o inimigo. Discute-se, até hoje, a necessidade desta massa possuir maior ou menor "consciência revolucionária", mas os fins de sua utilização sempre estiveram claros: o embate corpo a corpo.

Complicando ainda mais a questão, Marx e Engels criam mais uma classe: a dos comunistas, que seria superior por "possuir a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha do processo e dos fins gerais do movimento proletário", solidifi-

cando-se aí a mistificação da vanguarda que deveria encabeçar e dirigir a batalha final e decisiva visualizada por Lênin.

VELHAS UTOPIAS

A posição anti-utopista de Marx pode ser mais bem compreendida se colocarmos o sujeito no seu contexto histórico. Quando o ainda jovem Marx começou a tentar fazer funcionar seu cérebro e a tentar colocar no papel, por meio da escrita, seus pensamentos e sentimentos sobre assuntos dos mundos material e imaterial, então as referências utópicas eram realmente escassas e as propostas bastante deficientes.

Desde os tempos dos gregos pré-cristãos, que viram Platão escrevendo sua famosa “República”, temos que dar um pulo até pouco antes da invasão europeia do continente americano, para achar um senhor inglês (Thomas Morus) escrevendo sua obra, não menos famosa, que chamou “Utopia”. Mais outros dois séculos passaram sem muitas ou relevantes contribuições ao gênero.

Estes dois clássicos da literatura contêm certas descrições de conglomerados humanos, organizados socialmente com o fim de produzir a melhor qualidade de vida possível, com o menor esforço possível, dentro de parâmetros que assegurem a convivência humana nas condições de liberdade, justiça, não violência, respeito, igualdade, segurança, etc. e demais. Ambos contêm os itens, tópicos, pontos e situações que não encaixam nas visões pós-revolucionárias dos socialistas, comunistas, ou cooperativis-

tas, como tampouco encaixavam nas visões da vanguarda socialista libertária, surgida na segunda metade do século 19.

Se fossemos ao extremo de incluir nas utopias a proposta claramente absolutista do italiano Tomás Campanella (feita no século XVI, em sua obra “O Estado do Sol”) teríamos que esperar até depois da tentativa pró-revolucionária francesa, para incluir novos nomes – e obras – na lista.

Só a partir desse momento começa a surgir uma produção intelectual que pode ser caracterizada como crítica social, do ponto de vista socialista. De modo geral, a monarquia, a religião, o absolutismo, a tirania, eram alvo dos ataques e considerados responsáveis pela miséria da maioria da população. Já aparecem opiniões que consideram que nenhuma forma de Estado, nem a mais democrática, poderia resolver a questão.

Ainda nos finais do século 18, o italiano Buonarotti escreve e publica o livro “A Conspiração de Baboeuf”. Nele descreve os ideais que propulsaram uma tentativa de instalar um governo de caráter socialista na França, após a morte de Robespierre. Estes revolucionários populares, que enfrentaram a contra-revolução francesa, apresentaram uma técnica revolucionária, por primeira vez na história. Foram a referência que influenciou Marx e Engels, os que adotam as características de operação militar da revolução proletária socialista e a necessidade de uma ditadura do proletariado.

Idéias de homens como Thompson, David Ricardo e Owen influenciaram em mobilizações sociais que, além de algumas passeatas e apresentações de petições, apenas produziram algumas tentativas de revoltas populares. A mistura de revolucionários e reformistas, junto à repressão do governo britânico, terminou com a

movimentação na década de 1840, e produziram um afastamento dos operários das idéias socialistas.

Ainda antes da “era marxista”, Saint-Simon, Fourier, Proudhon e o próprio Owen, tentaram misturar seus ingredientes no caldo revolucionário da época.

Saint-Simon, como bom cristão militante, não passa além de propor um novo cristianismo que melhore a situação dos menos favorecidos. O valor que é dado a sua contribuição reside em sua interpretação da “revolução” francesa como a luta entre duas classes; previu a primazia futura da economia sobre a política; como também a futura transformação do governo político (do Estado) numa gestão administrativa da sociedade. É certo que alguns pontos fazem avançar a teoria socialista, mas é preciso uma dose de boa vontade para achar, em seus textos, uma real crítica socialista ao capitalismo. No fundo, não passou de um apóstolo do capitalismo e um profeta da tecnocracia, com fortes traços paternalistas que o impulsavam a proteger a propriedade.

Já Charles Fourier utiliza a dialética como método de compreensão da história. Preconiza uma teoria baseada no associativismo e no cooperativismo. Viaja na maionese propondo a criação de Falanstérios, comunidades rigidamente planejadas e regulamentadas. Todos seus projetos fracassaram, quando tentou experimentá-los em forma tópica. Visto o pouco desenvolvimento do Cooperativismo (na época ainda não caracterizado como doutrina), não é muito com o que pode contribuir à causa revolucionária.

A questão do socialismo tópico começa a ficar mais séria com Pierre Proudhon. É considerado um utopista por Marx, principalmente por acreditar que a divisão social em classes poderia ser superada por simples conciliação entre estas, sem precisar da vio-

lenta revolta revolucionária preconizada pelo “cientista” social. Totalmente de acordo com Marx em pontos neurálgicos e cruciais referentes à finalidade e objetivos da revolução, cai na desgraça quando prevê a criação de comunidades relacionadas (não isoladas como os utopistas até então), às quais dota de características ideais, alcançadas por “acordo das consciências individuais”. Ele se antecipa à visão marxista (aliás, não falta quem afirme que Marx as “roubou” dele) sobre o fim da propriedade privada, do salário e da sujeição do homem à máquina; da submissão do capital e do Estado ao controle dos trabalhadores; e da igualdade de condições para todos na educação pública. Em seu livro “Contradições Econômicas” lança o conceito de mais-valia (plusvalia), que Marx e Engels apanham sem hesitar.

Robert Owen poderia se considerar hoje como o pai (ou avô) da social-democracia moderna. Diretor e sócio de uma indústria têxtil, humanizou as relações e as condições de trabalho, diminuiu o horário de trabalho, deu condições decentes de moradia e saúde a seus operários, preocupando-se até da educação de seus filhos. Baseado no êxito de seu empreendimento radicalizou no discurso, pregou o comunismo, combateu as instituições burguesas, criou cooperativas operárias de consumo, e alavancou importantes avanços na legislação trabalhista da Inglaterra.

Tomando em conta este resumo – bastante sintético – das principais cabeças pensantes da era pré-marxiana, só pode se chegar a concluir que os expoentes, defensores e propagandistas do utopismo não eram de grande valor, desde um ponto de vista estritamente revolucionário cientificista.

O problema surge quando apareceu o questionamento: se a mentalidade utopista de tipo socialista-comunista é identificada exemplarmente nos projetos marxistas. Mannheim afirma que,

de fato, a teoria marxista configura uma utopia. Acha que nenhum outro projeto de sociedade se encaixa mais perfeitamente na mentalidade utopista, do que o marxista. Afirma que, se este não se amolda a tal classificação, nenhum outro o fará. Os marxistas não seriam mais que os executores de uma “quarta via” da revolução utópica.

Já a dupla fantástica sempre procurou se distanciar das propostas que classificavam como utópicas, criticando especialmente a falta ou a rejeição da ação política, e a falta de comprometimento na ação revolucionária por eles proposta. Criticavam os utopistas por considerá-los meros “inventores de sociedades”, paternalistas ou filantrópicos, sem passar sequer pela organização da classe operária. Criticavam ainda a consideração que as mudanças pudessem ser feitas de modo pacífico, através de “pequenos experimentos que não serviam mais do que castelos de areia, irremediavelmente fadados ao fracasso”. Referindo-se a Fourier, criticavam o que consideravam “seitas reacionárias”, que substituíam a luta de classes por uma conciliação entre estas.

Reconheciam a existência – entre os socialistas e comunistas utópicos - de elementos críticos úteis (para a compreensão da sociedade e para a elaboração das mudanças almejadas). Mas nunca viram como estes movimentos poderiam transcender os limites dos simples sonhos.

A visão crítica de Marx ainda alcançou o “Projeto de Emigração do Cidadão”, do francês E. Cabot, um utopista-isolacionista, que formou comunidade nos Estados Unidos da América, em 1848. Os pontos levantados por Marx, nesse momento, ainda servem como guia e advertência a todos e qualquer um que pretenda empreender projeto similar. Para o utopismo contemporâneo está claro que a coisa não é mesmo por aí, nem dessa forma.

Não se encontra nos escritos de Marx mínimos vestígios de pretender descrever uma nova sociedade. É uma crítica que ele ainda hoje recebe, pois ficamos sem idéia sobre como poderia ser a vida na sociedade pós-revolucionária. Sua preocupação não passou além de tentar configurar “cientificamente” um caminho que levasse a uma revolução implementada pela classe menos favorecida dos trabalhadores, na repartição dos bens que ela mesma produz. Limitando-se a isso.

Por outro lado ficam latentes as queixas e os lamentos do Lênin moribundo, sobre a sua nova sociedade, a qual se haveria transformado numa “utopia burocrática”.

LIMITES DO MARXISMO

Um dos principais erros de Karl Marx foi o de afirmar a universalidade de sua teorização sobre o desenvolvimento histórico. Não enxergou a necessidade do rompimento histórico para realizar o novo. Sua construção teórica sobre a revolução, a dinâmica revolucionária e os próprios componentes e executores desta pretensa revolução seria bastante diferente, se - com uma humildade da qual evidentemente carecia – tivesse reconhecido os limites de seus estudos.

Marx nasceu, cresceu e se desenvolveu (movimentou) estritamente dentro dos limites do berço da civilização ocidental judeu-cristã. Como pesquisador da história bem pouco se aventurou fo-

ra destes limites. Toda sua elaboração teórica se baseia em fatos, conhecimentos e processos registrados na Europa Central. Ainda que faça referência a alguns outros povos, seu olhar pouco ultrapassa a vizinhança imediata. Assim mesmo, pretende desvendar um processo de desenvolvimento histórico mundial, que seguiria os mesmos passos que o núcleo por ele considerado padrão.

Faltou-lhe, clara e obviamente, um estudo comparado das diferentes civilizações, para obter uma base que possa fundamentar uma concepção mais universalista de suas elucubrações teóricas. Ele não conseguiu reconhecer que a história dos povos não é unilínea nem unifacética; muito menos que (ainda) existam sociedades totalmente diferentes às que foram construídas na Europa e seu raio de influência.

Só este “pequeno” detalhe levou ao fracasso inúmeras tentativas revolucionárias, acompanhadas pelo conseguinte sacrifício dos militantes; pessoas humanas eliminadas pela contrarrevolução. Morreram por acreditar piamente na leitura errada e distorcida, feita por um ególatra.

Colocar num mesmo saco a Europa cristã, a China milenar, os árabes e sua influência islâmica, a sociedade hindu e a história do seu povo, as diferentes civilizações africanas, vêm da mesma falta de visão que coloca reis, princesas, deuses e bruxos nas estruturas sociais dos índios americanos.

OU SEJA, DA REALIDADE OBJETIVA
NÃO ESTÁ ENXERGANDO COISA NENHUMA.

Os ÁCRATAS

Questionamentos referentes à autoridade e à própria existência do Estado dividiram profundamente as forças sociais que antagônizaram o capitalismo e o poder da burguesia, então emergente.

Os termos “*anarquia*”, “*anarquismo*” e “*anarquistas*” foi cunhado do grego “*an-archos*”, com significado original de “*sem governo*”, designando os partidários de uma estrutura social que não possuísse governo algum que se colocasse *por cima* das pessoas.

De uma crítica simplória a esta aspiração popular surge a crença que a ausência de *autoridade* só poderia produzir o caos social. Esta imagem fica fortalecida pela ação revolucionária dos anarcas-modernos que, em parte, foram violentos ou apoiaram o uso da violência. Com objetivos de destruição da ordem imperante conseguiram, muitas vezes, produzir o caos entre os detentores do poder dominante. Foram qualificados como baderneiros irresponsáveis pelos afetados, que defendiam suas prerrogativas e os privilégios conquistados. Obra máxima desta linha foi o assassinato de um arquiduque, o que precipitou o começo da primeira guerra chamada mundial.

Vistos em conjunto e sem ainda entrar na consideração de suas divergências, são o segmento pró-revolucionário que detém a maior, mais constante e entusiasta produção filosófica, cheia de questionamentos e profundamente crítica.

O choque com a concepção verticalista e autoritária de Marx e Engels, no começo (e com seus herdeiros depois), foi fator preponderante que levou à quase total extinção dos ácratas no século 20. As potências capitalistas partidárias do livre mercado tam-

bém não deixaram por menos, contribuindo decididamente no massacre. Literal e verdadeiro.

Existe ainda uma outra forma pouco considerada de anarquismo, que hoje se encontra no poder na maior parte do planeta. Por se tratar de uma aberração vergonhosa, poucos conseguem enxergar que o neoliberalismo e o capitalismo total são, essencialmente, pró-anarquistas. É ilustrativa a afirmação de Thomas Jefferson, feita nos começos do século 19, de que: *“o melhor governo é o que menos governa”*.

Mas o enfraquecimento do poder do Estado só é pretendido em função de uma liberdade econômica dirigida à exploração do mercado, sem nenhum tipo de restrições ou considerações pela pessoa humana, ou pela natureza. Toleram um certo Estado porque podem se servir dele. Em benefício próprio, é claro.

Na concepção anarco-capitalista, o Estado é relegado a funções meramente administrativas mínimas e ao mantimento das tropas policiais e militares, necessárias para defender os regimes não queridos pela maioria popular.

Hoje podemos testemunhar as conseqüências deste chamado “anarquismo azul”, que está produzindo uma evidente destruição do tecido que forma a sociedade humana, vítima da violência econômica e política de uma elite arrogante, egoísta, megalomaniaca e criminosa.

Do outro lado, os anarquistas (teríamos que chamá-los “clássicos”?) manifestaram especial interesse na construção de uma sociedade sadia e sustentável, na qual a paz pudesse ser preservada por métodos que organizassem a sociedade em suas próprias raí-

zes. Eles consideraram e demonstraram que, sendo possível a organização social em forma horizontal, a necessidade de um Estado ficava obsoleta. Assim, todos os anarquistas concordam que os seres humanos são capazes de viver em liberdade e concórdia social.

A divisão entre anarquistas se produz a penas por divergências nas táticas a serem empregadas para estabelecer o novo tipo de sociedade revolucionada. Anarco-cristãos não aceitavam métodos violentos de nenhuma espécie. William Goldwin propunha provocar mudanças por meio de discussões públicas. Proudhon propagandeava o poder revolucionário do cooperativismo, então embrionário. Kropotkin e Bakunin aceitaram a violência, a praticaram em várias de suas ações; mas também manifestaram sérias restrições filosóficas à validade de seu emprego na ação revolucionária. Ambos se justificam afirmando que foram obrigados a usá-la. Bakunin chega a culpar *“a estupidez humana”* por isso. Obviamente não se referia a si mesmo como o estúpido, mas aos capitalistas liberalizantes e aos que, segundo a leitura anarquista, só pretendiam estatizar o capitalismo, sob uma forma autoritária de governo.

A história não desmentiu a visão destes ácratas. Carimbados e descartados como utopistas por Marx, tinham sérias discordâncias com os socialistas utópicos que preconizavam uma sociedade pretensamente melhor. Pretendiam, com seu acionar revolucionário, estabelecer uma forma social que possibilitasse um desenvolvimento harmônico da humanidade. A perfeição, diziam, representa, automaticamente, o fim do desenvolvimento, o fim da criação – da criatividade – e de todo movimento que represente a vida.

Colocações como esta exacerbaram o antagonismo de Marx, quem tomou as coisas pelo lado pessoal, sendo que acreditava cegamente na perfeição de sua teoria revolucionária, concebida (sempre segundo ele mesmo) sob fundamentos estritamente científicos.

Os ácratas, ou anarquistas, foram os únicos a enxergar uma sociedade estruturada horizontalmente, sem Estado, Governo ou Autoridade “superior”. Da boca de Bakunin escutamos o brado: “NEM DEUS, NEM ESTADO!”

No mundo contemporâneo só encontramos analogia no dizer dos neo-humanistas: “NADA POR CIMA DO SER HUMANO, E NENHUM SER HUMANO ACIMA DE OUTRO”.

Os ácratas foram os únicos que demonstraram, na prática, que uma sociedade sem governo era algo realmente sustentável. Obvio é que alguns experimentos falharam lastimosamente; mas outros só não vingaram porque foram sangrentamente esmagados por forças nazi-fascistas e bolcheviques, com ativa participação dos liberais capitalistas. A repressão foi tão efetiva, que hoje teríamos extrema dificuldade de achar algum núcleo constituído sob os preceitos apontados pelos vanguardistas sociais. Se incluirmos (com benevolência) algum kibutz israelense e as cooperativas degradadas, subordinadas a interesses capitalistas multinacionais, muito pouco sobrou para ser apreciado. Mas o sonho persiste e a história não foi apagada como numa distopía orwelliana.

Podemos ainda mencionar que os libertários consideram o comunismo almejado por Marx como uma verdadeira utopia, e não faziam isto com o objetivo de degradar o termo. Por que, ou para que – perguntavam eles – implementar toda essa etapa transitória, que apresenta tantas dificuldades e complicações, se o assun-

to pode ser equacionado agora mesmo? Mas a ciência marxistoi-
de nunca aceitou isso, tornando-se ilusória na sua contradição
coma realidade experimental.

Muito pelo contrário, as teorias desta “ciência revolucionária”
nunca foram comprovadas como efetivas na prática dos termos
propostos. Deixaram de alcançar seus objetivos específicos: a
construção de uma sociedade melhor.

Afinal, este é o mesmo objetivo perseguido pelos socialistas liber-
tários anarco-utopistas, que Marx se apraz em combater, por a-
char eles errados. Aí é que o marxismo se nega a si mesmo como
motor da revolução. Isto não é novidade, pois já foi compreendi-
do há mais de cem anos atrás.

Partindo do conceito da luta de classes, inspirado nos aconteci-
mentos franceses do fim do século 18, Marx apenas chega a pro-
por o reordenamento do rol dos atores sociais. A própria e ver-
dadeira revolução ele coloca num futuro indeterminado, não se
manifesta sobre a forma que esta pudesse, concretamente, ser
realizada, nem se detém, em momento algum, em maiores con-
siderações sobre o mundo pós-revolucionário.

Ele usa, sim, toda sua evidente capacidade intelectual, para cons-
truir uma complicadíssima e tortuosa via, pela qual uma classe
social poderia alcançar o poder. O resto, depois se resolve... mas
antevia que esse resto incluía a consolidação da classe no poder e
numa – posterior ou concomitante – toma de consciência do pro-
letariado no poder, que permitiria a transição ao comunismo.
Como?: O proletariado, conscientizado de seu papel histórico, en-
tregaria voluntariamente todas as instâncias de poder aos comu-
nistas. Estes Marx concebe como uma elite, mais ou menos no

molde e corte da SS hitleriana, os únicos que saberiam o que fazer posteriormente.

Os ácratas não engoliram este sonho do profeta com discurso científico, e preferiram seguir os próprios sonhos utópicos que a razão lhes confirmava, baseada na experiência prática, na realidade concreta do acionar pró-revolucionário. Este confronto contínuo com a realidade deu lugar ao desenvolvimento das teorias libertárias, que se tornaram em postulados bem mais científicos que as teorias não evolutivas propostas por Marx e cia.

O sentido da luta proposta pelos anarquistas é que o trabalhador subverta a organização social imposta desde cima pelos senhores e doutores, pelos capitalistas, pelo Estado, pelos burocratas e os tecnocratas, pelos padres e pastores das igrejas. Bakunin esclarece bem o assunto, propondo a abolição do Estado, a extinção definitiva da autoridade e a tutela, como também a abolição de propriedade pessoal recebida em herança. Ele coloca que a propriedade coletiva ou social deveria estar organizada desde abaixo, por meio da livre associação.

Marx se posicionou contra estes fundamentos do coletivismo, que substitui o Estado por uma Federação Livre de Associações Coletivistas Autônomas. Nelas se garantiria tanto a total liberdade pessoal, como a liberdade de separação. Menos ainda Marx aceitou a possibilidade de estabelecer a não obrigatoriedade de trabalhar, nem a substituição do princípio salarial pelo princípio das necessidades – proposta de Kropotkin, sempre imbuído de um generoso otimismo.

Pelo contrário, Karl Marx nunca demonstra fé e confiança nas capacidades do ser humano. Ele nunca confiou naqueles que dizia querer libertar, nem nas capacidades destes de se comportar a-

dequadamente em um âmbito de liberdades mais ou menos ir-restritas. Sua própria personalidade egocêntrica e autoritária frequentemente o levou a empregar métodos e mecanismos pouco recomendáveis pela ética, a moral e a decência, contra seus adversários. O postulado por ele empregado: “*o fim justifica os meios*”, ainda mancha e suja o proceder de muitos de seus correligionários.

Ainda há quem subentenda e alegue que, sem a presença militante dos anarquistas, dificilmente Marx teria considerado o fim do Estado e a abolição das classes sociais após a consolidação da ditadura do proletariado. Sem estes ingredientes básicos não existe a revolução, e uma revolução sem idéia clara do que fazer está irremediavelmente condenada ao fracasso.

Os COMUNISTAS

Se nos ativermos exclusivamente a uma visão marxista da história, teríamos que afirmar que o comunismo é o último estágio de desenvolvimento da sociedade humana. Mas, dentro da profusa produção teórico-doutrinária do marxismo (em geral e nos últimos 150 anos) bem poucos detalhes encontramos sobre como a sociedade comunista seria estruturada. O tema, tratado em linhas gerais, sem aprofundar e sem entrar em detalhes, é resumido na afirmação que essa sociedade não estaria dividida em classes (as que não mais iam existir); nela não mais existiria Estado; todas as pessoas seriam iguais e poderiam desenvolver plenamente suas potencialidades.

A imensa construção teórica, que começou com o filósofo-profeta e ainda prossegue, se preocupa praticamente em forma exclusiva em como chegar lá, mas, em momento algum esclarece os detalhes do que se haveria de encontrar, uma vez chegado lá. Por esse lado não podemos obter maiores informações, pois nenhuma das “revoluções triunfantes” pela metodologia marxista conseguiu chegar nem perto da realização do comunismo mais elementar.

Desde uma leitura libertária, a falha estaria na conservação do Estado, o qual não pode existir sem fortalecer a classe dos burocratas e tecnocratas. Estes, uma vez no poder, recorrem a todo e qualquer subterfúgio para conservar e fortalecer ainda mais suas posições. Aniquila-se assim, de fato, a possibilidade de levar a revolução a seu objetivo: a criação de uma sociedade comunista igualitária. Conserva-se a divisão de classes e as potencialidades das pessoas ficam autoritariamente reprimidas por uma estrutura totalitária elitista.

Podemos, ainda, agregar como fator do fracasso na aplicação da doutrina marxista, a inaptidão das ferramentas criadas, como o *partido único* e os *sindicatos*. O pior é que estes, sem contar com o aporte de uma visão clara da realidade concreta, avançaram cegamente, acumulando fracasso trás fracasso e travando, onde bem puderam, todo avanço possível em direção à revolução.

Vimos, no primeiro parágrafo deste capítulo, que não mencionamos a “liberdade” entre as características de uma sociedade enxergada por Marx. Essa fobia à liberdade pelas pessoas e das sociedades por elas constituídas fica clara em alguns episódios tirados dos começos da tentativa de revolução na Rússia soviética.

GUILIAI-POLE E NESTOR MACHNÓ

A Ucrânia teve a experiência da plenitude dos princípios do comunismo libertário. Durante três anos, os camponeses se organizaram em comunas e soviets livres, federados em distritos e estes confederados em regiões. A autogestão total foi praticada, numa independência organizativa que não sofreu interferência de nenhuma autoridade. Cada soviet ou cada comuna só executava os desejos de seus membros. A segurança era garantida por um “exército de guerrilhas”, que chegou a ter cerca de 50 mil homens e mulheres ativos.

O líder deste movimento anarco-comunista-federacionista, ou seja: libertário – Nestor Machnó -, não apoiava nenhum soviet ou sindicato que estivesse sob influência partidária. Também se manifestou contra a formação de Exército Vermelho, propondo grupos de guerrilheiros com estrutura mais democrática. Por duas vezes derrotou os Russos Brancos, salvando o quase derrotado exército dos “revolucionários” vermelhos, que não deram conta do recado sozinhos.

O problema, no fundo, foi que Machnó não seguiu à risca a cartilha marxista. Ousou chegar ao comunismo diretamente, sem primeiro industrializar a nação, nem deixar aparecer uma classe operária que poderia derrotar uma burguesia emergente, para logo estabelecer a transição socialista sob um Estado autoritário e tirânico. Pior, os ucranianos teimavam em preservar sua autonomia e independência organizativa, com relação aos vermelhos.

No começo, Lênin rejeitou o “fanatismo vazio” dos anarquistas, mas foi Trotski quem implementou o golpe final. Numa maquinação de inspiração mitológica, convidou 600 oficiais machnovistas para conversar e celebrar a vitória sobre o exército branco. Não

foi mais que uma covarde cilada, pois todos foram sumariamente fuzilados. Ao mesmo tempo Trotski atacou os guerrilheiros, que não conseguiram resistir por mais nove meses.

Se este relato fosse um episódio isolado, quiçá até poderiam caber explicações ou justificativas, ou não; mas esta forma de ação é observada como padrão durante toda a história dos insuportáveis autoritários marxistas. Deixam bem claro que não há lugar para libertários nas suas fileiras, como tampouco nas sociedades por eles criadas; como tampouco conseguem aceitar sociedades “utópicas”, criadas por outras linhas de pensamento e ação. Tentam disfarçar, cacarejando sobre sua pretensa democracia que, se formos analisar, é ainda mais manipulada que a famigerada democracia que a burguesia atualmente nos permite. Mas, em nenhum de ambos casos, achamos explicitada ou possibilitada a liberdade do modo que os “utopistas libertários” a colocam.

Outros dois assuntos que Marx não ousou encarar foram a abolição da propriedade e da herança. Ele limitou-se a propor a abolição da propriedade privada, passando esta a mãos do Estado, que afirmava ser transicional. Já os anarquistas, em todas suas diferentes expressões, não aceitavam esta proposta, cunhando o novo conceito de “PROPRIEDADE SOCIAL”, segundo o qual não haveria indivíduo ou instituição, mas toda a sociedade em conjunto, que seria proprietária de tudo. Sendo esta administrada pelas suas raízes, por todos seus membros componentes, assegura-se uma democracia participativa que decida pelos usos e destinos da propriedade comum. Fica, assim, abolido o próprio conceito de propriedade que os capitalistas nos impõem.

Com o assunto herança, Marx não quis nem mexer, visivelmente por razões políticas referentes a acordos e coligações que, em certo momento, poderiam ser afetadas. Com esse subterfúgio também conseguiu barrar da Primeira Internacional grupos anarcas (principalmente do Bakunin) que ameaçavam sua própria liderança. Sem concessões em prol da revolução.

MARX E SUA OBSESSÃO

Nenhuma teoria sobre o processo revolucionário recebeu tanta crítica como o marxismo e realmente poucas teorias, em geral, foram tão cruel e violentamente reprimidas como aquelas que o contradizem desde um ponto de vista estritamente revolucionário.

De todos os lados e por todos os meios o marxismo foi considerado ineficiente, inadequado e até nocivo ao processo evolutivo humano. Dezenas de autores e pensadores (contemporâneos de M & E e posteriores) denunciaram, sob vários aspectos, a farsa dessa teoria, expondo que Marx só chegou a se impor graças a uma fértil imaginação, amparada na obsessão de ser o único capaz de formular cientificamente o processo revolucionário. Marx pode ser caracterizado como um caso patológico, e sua doutrina não serviu nem para levar uma só tentativa revolucionária a “final feliz” durante 150 anos de lutas, em todo o Planeta.

Apesar das evidências do insucesso revolucionário pela forma proposta, há uma grande resistência a abandoná-la, por parte

dos políticos, para os que ela se tornou um meio de vida altamente rentável. Pode ser camaleonicamente adaptada a qualquer situação, sem oferecer maior perigo para a manutenção de uma estrutura de poder verticalista e corruptível.

O prestígio do marxismo, como ferramenta revolucionária, vem sofrendo inevitável declínio. O fato é reconhecido pelos que têm conhecimento das várias correntes de pensamento que se preocupam com a viabilização urgente e imediata de profundas mudanças na estrutura social humana.

As teorias de Marx e Engels hoje não enganam mais com sua alegada qualidade científica, pois carecem deste fundamento, não oferecendo a menor garantia de conseguir nos encaminhar e levar ao fim almejado. Não passam de bem elaboradas retóricas ficcionais.

Marx foi, sem dúvida, uma espécie de gênio, mas não da ciência, e sim da propaganda; não da prova indiscutível, mas da persuasão; não da comprovação experimental, mas da arte literária; não da ética e da honestidade que visa um mundo novo mais humano, mas das piores ações que lhe asseguravam o triunfo de seus interesses e a derrota dos que lhe fossem contrários. Sua proposta de realização de profundas e duradouras mudanças não passou de um grande engodo formulado por uma mente doente, megalomaniaca, que não poderia ser usada como referência dos que querem vivenciar uma realidade mais humana.

No decorrer de mais de um século de tentativas mais ou menos revolucionárias baseadas na autoritária doutrina marxista, constata-se que não há uma só prova que essa metodologia dá os resultados apetecidos (e alardeados). O profeta revolucionário (e seus seguidores) erigiu grandiosos esquemas e teorias sem base

de fundamentação factual objetiva e, por isso mesmo, indigna de crédito. Todos, absolutamente todos, os acontecimentos posteriores dão razão a esta afirmação.

Hoje este anti-profeta da liberdade pode ser lembrado como um interessante filósofo do século 19, pioneiro da mais ampla aplicação de um novo método de investigação e compreensão do processo histórico humano. Mas os erros fundamentais cometidos se espalharam através de nações e gerações até hoje, quando ainda existem preguiçosos de mente que defendem fervorosamente a tese da eficiência e santa cientificidade do marxismo, embora seu êxito nunca tenha sido comprovado. Existem até os que sustentam que o método proposto não consegue atingir os objetivos revolucionários, mas que ele permitiria ao ser humano viver melhor dentro do âmbito hostil por ele mesmo produzido. Além disso, alegam que o marxismo faz do “convertido” uma pessoa melhor (quem não é marxista é ruim, não presta), embora não deixem muito claras as especificações em que esta “melhora” consistiria.

Também não se pode pedir demais aos que não estão claros - nem sequer medianamente elucidados - sobre o aspecto de um mundo posterior à revolução que pretenderiam realizar. Menos ainda poderiam ter uma imagem básica do ser humano que ia habitar e se desenvolver nesse mundo. Faltou visão ao profeta e entendimento àqueles que o seguiram e ainda seguem seguindo (!).

Marx sempre se mostrou avaro no reconhecimento das contribuições de seus antecessores e contemporâneos, embora eles houvessem antecipado suas investigações. Pelo contrário, sempre combateu fervorosamente os representantes das fontes onde alimentou as raízes de sua construção literária de gênero ligado ao

romantismo utópico. O fato é que desenvolveu um grande domínio da linguagem, utilizando noções e criações de terceiros, para alavancar uma obra que até hoje, erroneamente, é considerada como produto de uma só – a sua – mente privilegiada. Até o próprio Manifesto Comunista foi adaptado, com poucas alterações, de uma publicação italiana.

O aparente triunfo, do marxismo sobre outras teorias revolucionárias, não se deu no campo das idéias ou das realizações concretas, mas por meio do esmagamento, da erradicação física, dos que ousavam dissidir ou dissentir da nova verdade apregoada. Nisso não se diferencia de nenhum outro método autoritário e tirânico que possa ser encontrado na história humana. Acreditar que uma metodologia que conte com as suas características possa ser a que vai produzir um mundo melhor é muita ingenuidade.

Sua grande reputação como o grande inventor de uma nova ciência e/ou de uma nova forma de entender várias ciências mais antigas, só se sustenta na aplicação de um método que ele não inventou, mas sim utilizou por primeira vez na forma e relação que ele faz. Só que teve que construir um elaborado aparato de justificativas intelectuais para sua nova “ciência”. Na verdade, não deve ser nada fácil (e deu muito trabalho) erguer uma superestrutura de teorias e procedimentos supostamente científicos a partir de pressupostos elaborados pela mente que trabalhava confinada numa imensa biblioteca, pretendendo ser o único especialista em saber o que nunca tinha acontecido. Mas ele (e seus seguidores e descendentes) venceu pela persistência violenta, construindo todo um sistema baseado em premissas incorretas e teorias baseadas em elucubrações mentais ilusórias, inconcebíveis, as quais utilizam até hoje para atacar a base da vida e da coexistência humana.

Na verdade, todas as teorias marxistas e marxistoides nunca passaram de indemonstráveis ficções. Suas obras principais primam de uma verdadeira apoteose mental, despertando férteis ensejos imaginativos nos que se deixam contaminar por esse vírus. Só podemos encará-los como autênticos literatos, que idearam transformar a revolução em literatura. Nesse sentido, o marxismo não passa de uma vocação que foi permeada pela influência de várias escolas literárias. Vale lembrar que a bagagem do personagem em questão é essencialmente intelectual, haja vista suas contínuas citações e suas constantes e virulentas discussões com outros autores (sempre por escrito). Não em vão trabalhava no âmbito fechado de uma das melhores bibliotecas da Europa e nunca cogitou outro lugar próprio para realizar seu trabalho.

Mais inclinado a defender sua personalidade oportunista e desonesta recorre à emulação de uma pretensa rigidez técnica que o assemelha de um verdadeiro homem de ciência do passado. Porém, tanto ele como a sua criação, devem ser considerados um verdadeiro fracasso. Afinal, o que ele nos legou foi o caminho das pedras que conduz ao deserto que antecede o abismo infinito. Nos legou teorias ilógicas e incoerentes, além de um grupo ditatorial e intolerante de seguidores preocupados não com a verdade, mas com a divulgação e manutenção deste (des) conhecimento.

Este legado tem conseqüências extremamente negativas sobre a própria revolução libertadora, causando um imenso atraso e um descrédito em sua possibilidade e factibilidade. É hora de reconsiderarmos, não só a sua utilidade científica, mas também seu niilismo ético. As seitas criadas a partir deste pensador descamiñado só podem estar a desaparecer, apesar de todo o aparato de marketing e todo o apóio tendencioso e interesseiro de uma esquerda egoísta, reacionária, fragmentada e isolada.

O ROL DA UTOPIA

Provavelmente foi com ocasião da Revolução Francesa, ou concomitantemente aos de então, que a utopia começou a se enquadrar no pensamento revolucionário. De imaginativas propostas de mundos ideais, passou, pouco a pouco, no século seguinte, a exigir sua presença real no mundo concreto.

Sua característica crítica e sua oposição à realidade vivenciada, inspirou e deu forças aos mais radicais revolucionários conhecidos na história. Estes se nutriam da realidade não querida e da possibilidade de uma mudança extremamente radical, para desenhar uma ruptura sem precedentes com o passado. Enxergaram, nesta quebra com as estruturas existentes, uma oportunidade real de aperfeiçoamento humano, uma sociedade libertária, sem predominação de classe alguma, nem privilégios a indivíduos, grupos sociais ou povos “eleitos”.

Das críticas às falhas, erros ou desvios cometidos por utopistas anteriores começaram a ser sintetizadas algumas linhas principais, apoiadas em princípios consensuais. Por mera comodidade, ou por ser um destacado ponto de referência, pode se usar a Comuna de Paris, no ano 1878, como o ponto que dividiria as propostas dos antigos utopistas românticos daqueles novos utopistas que tentaram, por vias de fato, realizar suas propostas de forma revolucionária.

A expressão “*revolução*” subentende que as mudanças engendram uma sociedade nova, diferente. O imaginário utopista nasceu como tomada de consciência deste processo de ruptura. As dimensões objetivas das transformações pretendidas projetam uma força capaz de alterar profundamente a realidade. Assim, a

revolução pode ser vista como uma linha divisória no tempo, estabelecendo um marco entre dois momentos absolutamente antagônicos, sem conciliação possível.

Atualmente persiste o estado de conformismo e conservadorismo reacionário de políticos, militares, banqueiros, advogados, juízes, etc., enfrentando a grande massa do povo aflito e indefeso. Ou, no dizer de Fourier: a riqueza, a opulência e o luxo opondo-se ao trabalho, à miséria e à fome.

O fracasso dos projetos de transformação social engendra as utopias contemporâneas. Sem confundí-las com românticos utopistas paradisíacos, partem da negação radical do presente e da interrogação sobre o futuro. Enxergam a possibilidade de ruptura com as formas de organização social estabelecidas, abandonando – radicalmente – as convenções e comportamentos mais tradicionais. Ao esboçar a possibilidade de uma outra ordem – a ser construída – deixam espaço suficiente para a reflexão sobre as possibilidades de completa transformação da sociedade e do ser humano.

A multiplicidade e variedade das propostas utópicas rompem com o ideal único e universal da sociedade estabelecida, desacreditando o modelo capitalista hegemônico e seu espelho marxista. Contrária a toda tentativa de redução e uniformização, a utopia é, antes de todo, um ato autêntico de criação, comprometido apenas com a liberdade e harmonia que pretende instaurar.

A frustração com os ideais revolucionários pregados por Marx e seus asseclas, descaminhados nos seus desvios, faz a mente enveredar pelos caminhos da imaginação e da invenção, procurando criar novas formas de luta para combater o opressivo e injusto sistema vigente.

Ressurgindo dos fracassos de transformação social, a utopia se apresenta hoje como “*Criação Social*”, descrevendo o querido que não existe e combatendo a descrença e o niilismo, na possibilidade de chegar a realizá-lo. O gosto libertário de inventar se aventura na procura e proclama de um mundo futuro totalmente diferente ao atual, que está claramente encaminhado a uma falência total.

É esse potencial imaginativo, delineado no ímpeto da elaboração utópica num mergulho da criação e reflexão intelectual, que fornece a energia para todas as construções utópicas. Sempre tem o ingrediente inseparável da crítica e da superação da sociedade existente. Faz isso se confrontando com o capitalismo total, depredador dos recursos essenciais, tanto como se confronta com o marxismo messiânico, ainda sobrevivente de épocas mais românticas.

Hoje atravessamos uma situação em que as revoluções frustradas podem dinamizar o sonho e as ações das novas gerações. Estamos em um espaço intermediário que potencializa o ressurgimento da tradição revolucionária libertária. Não é um caminho fácil, como nunca foi, mas constitui uma resposta utópica válida às limitações e fronteiras impostas por um mundo sem justiça social.

A imagem de “*o Povo*” se constituiu em uma imagem mítica do utopismo romântico marxista. Como entidade coletiva orgânica, projetada ao futuro, viria a se constituir como “*salvador*” na fase final do amplo e universal processo da emancipação humana.

Mas este povo, após os fracassos revolucionários e políticos do século 20, se encontra impotente, quebrados seus laços de socia-

bilidade, sem traços mais profundos de solidariedade e cooperação. Ludibriado pelos partidos e os sindicatos, explorado pelos industriais e comerciantes, posto sob suspeita pelos governos, e adormecido, alienado, pela mídia, iludido pelas propostas da esquerda “vermelha” (hoje apenas rosácea), ele não mais se mexe, não se acha com capacidade de agir. Todas as forças da sociedade estão apontadas contra o instinto social.

Nos primeiros escritos de Marx podemos encontrar uma espécie de idolatria do tempo e da história, traduzida na concepção messiânica da política, do povo e de seus líderes. Esta concepção reacionária enfatiza a história como *“uma longa marcha em direção a um fim supremo”*. Com roupagens científicas tentou transcender os temas centrais do utopismo, mas ficou preso à utilização intencional de uma construção do pensamento, exaustivamente trabalhada para se adaptar aos próprios fins (até os pessoais), mas incapaz de superar as barreiras que se coloca a si mesma.

A filosofia marxista extraviou a razão de seu verdadeiro caminho; suas teorias e receitas nunca passaram de românticas propostas utópicas, como aquele messianismo coletivo que coloca “em mãos das classes populares” a realização dos desígnios da história. Mas a simples descrição de uma idéia sobre uma sociedade harmoniosa, que possibilite a perfectibilidade humana, nunca foi objeto de sua consideração, nem cogitação! Neste sentido, representa uma decisiva implosão do ideário utópico imediatista. Não encontramos em Marx outra conclusão de que o povo só pode ser governado pela força. O marxismo propõe, com este fim, todos os toques imagináveis de violenta repressão.

HOJE CABE NOS PERGUNTAR:

Tanta energia desperdiçada,
para terminar na gulodice da Nomenklatura,
essa máfia de burocratas e tecnocratas?

Tamanho esforço empregado
para imaginar e architecturar a transformação extrema,
para acabar praticamente em nada?

Que esterilidade maior
que uma inteligência
desprovida de utopias?

As utopias contemporâneas se esforçam por imaginar um mundo melhor, mais próximo e acessível a pessoas reais, que estão afetadas pela extrema imbecilidade do momento atual. A utopia, como tal, não se desgastou no tempo, mas está viva enfrentando grandes obstáculos e poderosos impedimentos, lançando-se ao futuro por imprevisíveis caminhos de invenção política e social. A utopia libertária sai fortalecida de décadas de ostracismo, energizada pela falência de um capitalismo selvagem, predador e destruidor, tanto como da falência da proposta utópica autoritária sugerida pelos pseudo-revolucionários marxistas.

Estes dois tipos de regimes só geraram a dominação social e um obscurantismo político, com tiranias e autoritarismos de toda espécie; geraram e sustentam esse pesadelo doentio de querer domesticar e entrar o futuro social, sem encarar a urgência de realizar as transformações globais que, neste momento, são tão necessárias para a sobrevivência da raça humana neste Planeta.

**É pelos frutos que se reconhece
a qualidade de uma árvore.**